quais os contactos assumidos para o efeito a partir da data de entrada em vigor do presente regulamento;

b) No que respeita à atividade desenvolvida, solicita às empresas, se necessário, a prestação de informações em falta e, concluído o preenchimento, comunica o teor atualizado da sua inscrição, para confirmação dos respetivos elementos.

3 — A substituição das declarações previamente emitidas pela ANACOM, prevista na alínea b) do n.º 1, não prejudica a vigência de quaisquer autorizações, determinações de condições ou outros atos que, em simultâneo com a emissão daquelas declarações, tenham sido aprovados.

Artigo 32.º

Ofertas não acessíveis ao público com utilização de espectro sujeito a licenciamento radioelétrico

No caso de ofertas não acessíveis ao público com utilização de espectro sujeito a licenciamento radioelétrico, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 151-A/2000, de 20 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 167/2008, de 16 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 264/2009, de 28 de setembro, pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, e pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, e até à data de aprovação, pela ANACOM e ao abrigo do disposto no artigo 25.º, de um modelo para o efeito, considera-se efetuada a comunicação de início de atividade prevista no artigo 5.º com a apresentação de requerimento para atribuição de licença radioelétrica.

Artigo 33.º

Prazos

À contagem de prazos previstos no presente regulamento aplicam-se as regras constantes do artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

Artigo 34.º

Disposição revogatória

São revogados os n.ºs 1, 2, 6 e 7 da decisão da ANACOM de 3 de maio de 2004, relativa aos procedimentos para início da oferta de redes e serviços de comunicações eletrónicas.

Artigo 35.º

Entrada em vigor

1 — Sem prejuízo do disposto no n.º 2, o presente regulamento entra em vigor no prazo de 30 dias a contar da data da sua publicação.

2 — As disposições do presente regulamento relativas ao extrato da inscrição apenas entram em vigor na data de aprovação da respetiva minuta, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 25.º

311075935

ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE NORTE DA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA

Edital n.º 119/2018

Abertura de candidaturas aos Cursos de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem

Curso de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem Comunitária — Curso de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia — Curso de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem Médico-Cirúrgica — Curso de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem de Reabilitação — Curso de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiatria — Curso de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria.

Nos termos do disposto na Portaria n.º 268/2002 de 13 de março, faz-se público que se encontra aberto concurso para admissão de candidatos nos Cursos de Pós-Licenciaturas de Especialização em Enfermagem, acima referidos, adiante designados cursos, da Escola Superior de Saúde Norte da Cruz Vermelha Portuguesa, com sede em Oliveira de Azeméis, para o ano letivo 2018/2019.

1 — São admitidos à candidatura para matrícula e inscrição nos cursos a que se reporta este concurso, os candidatos que:

a) Sejam titulares do grau de licenciado em enfermagem ou equivalente legal;

b) Sejam detentores do título profissional de enfermeiro;

c) Tenham, pelo menos, dois anos de experiência profissional como enfermeiro.

2 — São abertas 25 vagas para todos os cursos, exceto para o Curso de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia (20 vagas).

3 — As candidaturas devem ser formalizadas em requerimento próprio (modelo Q155) disponível na internet (<http://www.esenfcvpoa.eu>) ou nos Serviços Académicos, instruídas dos seguintes documentos:

a) Curriculum Profissional e Académico (Anexo I, disponível na internet <http://www.esenfcvpoa.eu>)

b) Documento de Identificação;

c) Cédula profissional ou certificado de Inscrição na Ordem dos Enfermeiros válidos;

d) Certidão comprovativa da titularidade do grau de licenciado em enfermagem ou equivalente legal indicando a respetiva classificação final;

e) Certidão comprovativa da categoria profissional e do tempo de serviço como enfermeiro, contado em anos, meses e dias, passada pela instituição, assinada e autenticada com selo branco.

4 — O júri poderá solicitar outros documentos que venha a considerar necessários.

5 — O requerimento e os respetivos documentos de candidatura devem ser entregues nos Serviços Académicos, enviados por e-mail ou por correio postal, dentro dos prazos estipulados no ponto 7 deste edital, juntando o comprovativo do pagamento da taxa de candidatura.

6 — Os critérios de seriação dos candidatos encontram-se descritos no Anexo II, disponível na internet (<http://www.esenfcvpoa.eu>) ou nos Serviços Académicos.

7 — Os prazos para candidatura, para afixação dos resultados da seriação dos candidatos, para a reclamação e para a inscrição e matrícula, são os que constam no quadro seguinte:

Etapas	Prazos/Termos
Apresentação da candidatura	15 de janeiro a 15 de março de 2018.
Prazo adicional para entrega de documentação em falta.	16 a 22 de março de 2018.
Afixação da seriação dos candidatos admitidos e rejeitados à inscrição e matrícula.	02 de abril de 2018.
Apresentação das reclamações.	03 a 09 de abril de 2018.
Formalização da inscrição e matrícula. . .	10 a 16 de abril de 2018.

8 — A rejeição liminar de candidatura poderá ocorrer quando o candidato:

a) Não entregue documentação considerada relevante à verificação das condições estritamente mencionadas no ponto 1 deste edital, no prazo de sete dias consecutivos a partir da comunicação pelos Serviços Académicos ou Júri de seriação;

b) Não reúna as condições de acesso e ingresso;

c) Apresente candidatura fora do prazo fixado;

d) Preste falsas declarações.

9 — Do resultado final da candidatura podem os candidatos apresentar reclamação, devidamente fundamentada, dirigida ao Presidente do Conselho de Direção da Escola, dentro do prazo estipulado no ponto 7 deste edital.

10 — Os cursos terão início a 02 de outubro de 2018 e funcionarão três dias por semana: terças, quartas e sextas-feiras, das 16h00 às 22h00.

11 — Apenas se garante a abertura do curso se o número de matrículas for igual ou superior a 15 (quinze).

12 — As taxas, emolumentos e condições especiais de desconto encontram-se disponíveis na internet (<http://www.esenfcvpoa.eu>)

10 de janeiro de 2018. — O Presidente do Conselho de Direção, *Prof. Doutor Henrique Lopes Pereira*.

Critérios de seriação dos candidatos

Anexo II do Edital de 10 de janeiro de 2018

Curso de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem

	Pontos
a) Formação académica e profissional.	10
Classificação do curso de licenciatura ou do <i>equivalente legal</i>	
Até 13 valores	1
14 e 15 valores	2
16 e 17 valores	3
18 a 20 valores	4
2.ºs Ciclos de Estudos, conducente ao grau de mestre	2/cada até ao máximo
3.ºs Ciclos de estudos, conducente ao grau de doutor	de 6 pontos
Cursos Pós-Graduação em Enfermagem	
Outros Cursos Superiores	
b) Ações ou cursos de formação profissional	10
Certificadas e realizadas nos últimos cinco anos	(1, 2, 3, 4 ou 5/
Por cada dia de formação são contabilizadas seis horas, nos casos em que esteja omissa o n.º de horas de formação.	cada formação até ao máximo de 10 pontos)
[12 a 24 h]	1
[25 a 60 h]	2
[61 a 90 h]	3
[91 a 120 h]	4
Igual ou superior a 121 horas.	5
c) Funções desempenhadas no âmbito da saúde	10
Prestação de cuidados (experiência hospitalar, na comunidade e outras Instituições de Saúde)	3 (0,2/ano até ao máximo de 3 pontos)
Gestão (últimos 5 anos)	2 (0,4 ano/experiência até ao máximo de 2 pontos)
Participação em órgãos de gestão	
Desempenho de funções de Enfermeiro Responsável/Chefe	
Orientação e coordenação de equipas	
Colaboração na orientação, supervisão e avaliação do pessoal.	
(Certificados pela Direção das respetivas Instituições).	
Ensino (últimos 5 anos)	2,5
Experiência na área da docência em enfermagem.	0,5 (0,1/10 h até ao máx. de 0,5 pontos)
Realização/colaboração, orientação de aulas teóricas (T) ou teórico — práticas (TP) ≥ 10 horas.	0,5 (0,1/ano civil até máx. de 0,5 pontos)
Lecionação de aulas T e TP noutras instituições ≥ 10 horas	0,5 (0,1/10 h até ao máx. de 0,5 pontos)
Orientação e avaliação de alunos em ensino clínico ≥ 100 horas.	1 (0,2/100 até ao máx. de 1 ponto)
(Certificados pelas Instituições de Ensino).	
Educação permanente (últimos 5 anos)	1,5
Responsabilidade pela formação em serviço no local onde trabalha.	1
Colaboração em ações de formação em serviço (como formador).	0,5 (0,1 por cada ação até ao máximo de 0,5 pontos)
(Certificados pelo Departamento de Formação ou Direção das respetivas Instituições).	

	Pontos
Investigação	1
Realização de trabalhos de investigação, não académicos, concluídos.	(0,5/cada até ao máximo de 1 ponto)
(Certificados com a indicação dos objetivos e tempo de realização, quando o candidato é coautor. São aceites certificados apresentados pelo coordenador de investigação onde se encontram expressas as funções na investigação realizada).	
d) Projetos ou programas inovadores no âmbito da saúde e da especialidade a que se candidata	10
Participação em Projetos ou Programas inovadores desde que certificados pelo órgão estatutariamente competente da instituição responsável. São aceites certificados apresentados onde se encontrem expressos as funções realizadas pelo candidato que traduzam o seu grau de envolvimento no referido projeto ou programa	2/cada até ao máximo de 10 pontos
e) Publicações e comunicações de cariz científico	10
Publicações de artigos, capítulos de livros, livros e/ou traduções	2/cada
Comunicações em reuniões científicas (moderador, preletor, póster)	1/cada
f) Tempo de serviço como enfermeiro	10
0,5/cada ano, em regime de tempo integral, até ao máximo de 10 pontos.	
* por cada ano civil será contabilizado, no máximo, um ano de trabalho, mesmo que o candidato declare ter trabalhado em mais que um local nesse ano.	

Critérios de desempate:

- 1 — Categoria profissional mais elevada;
- 2 — Antiguidade na categoria (anos, meses e dias);
- 3 — Instituições com as quais a escola tem protocolo.

311073504

UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Contrato (extrato) n.º 57/2018

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 4.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal, foi celebrado um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado entre a Universidade dos Açores e o trabalhador Rui Miguel Almeida Rodrigues, com efeitos a 22 de janeiro de 2018, ficando o mesmo integrado na categoria/carreira de técnica superior, posicionado na 2.ª posição remuneratória e no nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro.

18 de janeiro de 2018. — A Administradora, *Margarida Maria Pinto Queirós Ataíde Almeida Santana*.

311072524

Despacho (extrato) n.º 1136/2018

Por despacho do Reitor da Universidade dos Açores, de 6 de novembro de 2017, foi autorizada, a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com o Doutor Eduardo José da Silva Tomé Marques, com a categoria de professor auxiliar da carreira docente universitária, na área disciplinar de Serviço Social, do mapa de pessoal da Universidade dos Açores, com um período experimental de 5 anos, com efeitos a partir de